

Limites éticos e imensurabilidade da verdade garantida

André Veríssimo¹

1. Como diz o *Sofista* de Platão (diálogo em que se procurava demonstrar que Sócrates poderia ser um contrapeso ponderado a uma atracção desajeitada: assim a dialéctica socrático-platónica era não disputativa e oposta à erística com uma visão protréptica (*exortativa*) – uma exortação de ética dialéctica que conduziria o interlocutor a *devotar-se a si mesmo ao conhecimento* (*sophia*) e à *excelência humana* (*areté*) ... este é o nome dado desde então às exortações no campo platónico ao saber ético. A efectividade desta forma literária deriva da habilidade platónica de tornar toda e qualquer asserção irónica ou paradoxal, assim sobrepondo outros significados para além do literal) no mesmo momento em que se trata de expor a *teoria do saber*, a expressão do pensamento pela linguagem causa problemas. A linguagem, como ligação de nomes por verbos, pode não corresponder ao liame de coisas do real que visa exprimir. Mais ainda, os próprios elementos da ligação – os conceitos – podem não ser apropriados. E é assim tarefa do epistemólogo fazer da linguagem uma espécie de «característica» universal à boa maneira leibniziana ou não, que em todos os casos possa corresponder e convir às exigências do pensar, quer dizer imitar pelo som da voz o que não tem som – a Essência (*Ousia*) da cada coisa. Ora esta língua não foi inventada pelos formalistas. A linguagem nesta perspectiva constitui-se como um obstáculo para o saber. Se não podemos servir-nos da linguagem como um veículo para alcançar as coisas e mesmo o saber, o que poderá existir além disso? Se existe o saber, a coisa no-lo dirá, não a palavra. É a essência da coisa que é objecto de saber. Ou seja, não existe saber sem realidade objectiva. O saber está fundado sobre o Ser, não sobre a linguagem (não o entende assim *Crátilo* numa asserção nominalista); o saber estando subordinado ao Ser torna irrecusável o saber derivado de imagens e signos do Ser.

2. No livro *A Persuasão* de Américo de Sousa (2001), o *logos* encontra-se incondicionalmente ligado a um estudo para-além-do-ser, e edificado razoavelmente (organicamente) antes das palavras numa óptica cognitiva e consciente. É que, sem pôr em causa esta visão tradicional do papel da emoção na elaboração de um juízo, António Damásio veio mostrar que, pelo contrário, justamente por se aceitar a influência prejudicial das emoções sobre o raciocínio é que mais surpreendente se torna - como o provaram as suas experiências laboratoriais - que “a ausência de emoções sobre o raciocínio não seja menos incapacitadora nem menos susceptível de comprometer a racionalidade que nos torna distintamente humanos...”.

3. Impõe-se porventura uma reabilitação magistral de Retórica e da Argumentação que, desde o anátema lançado sobre elas por Platão, se viram excluídas do campo da reflexão epistemológica. Longe de limitar a Argumentação no plano discursivo, mostra-se que a Epistemologia, o Direito ou a Lógica, para citar somente estas disciplinas, actuam, cada uma de sua maneira, argumentando. É, assim, uma verdadeira antropologia que une a nova Retórica. Tudo começou com a rejeição do Positivismo Lógico, e principalmente, do seu precursor, Gottlob Frege. Este último também tinha a preocupação de tornar a linguagem natural mais pura para assentar sobre a linguagem científica. Nos países de língua inglesa, tanto Frege quanto o neopositivismo tiveram uma forte influência antes de serem marginalizados, enquanto em França não se sabe ainda o que as palavras “Positivismo Lógico” querem realmente encobrir.

4. Hoje, as ideias do Positivismo são mais conhecidas por nós, e, com a sua crítica, encontrou em Américo de Sousa uma antecipação do seu próprio desenvolvimento na vertente do cognitivismo e da interacção persuasiva.

5. Mas o que diz na verdade o Positivismo lógico? Em geral, duas coisas. Por um lado, o modelo da actividade linguística e o do raciocínio são fornecidos pela ciência lógico-matemática e biológica na acepção dum mentalismo estrito. O rigor, o carácter unívoco, a necessidade do raciocínio demonstrativo são as características essenciais e úteis, em que as outras ciências, e a Epistemologia em particular, deveriam estribar-se. A *demonstração* e o raciocínio *hipotético-dedutivo* são os pilares do raciocínio e da lógica. Sem eles, não haveria lógica ou raciocínio que se sustentasse. Por outro lado, e isto decorre do que acaba de ser dito, os juízos de valor não decorrentes da lógica - dos juízos ditos da verdade - mergulham, de forma inevitável, tanto o homem de acção quanto o filósofo preocupado com a justiça, no irracional. O Direito e a Justiça estariam condenados a separar-se da razão porque os valores não se decidem nem de forma lógica, nem minimamente de forma experimental garantida.

6. São estes dois axiomas do Positivismo que se tornam inexistentes, em proveito duma concepção da razão preocupada em estabelecer o *plano discursivo não-matemático* no âmbito dos seus direitos e a razão prática na sua coerência.

7. O que se deve entender por visão da Retórica? Em *primeiro lugar*, os usos principais da linguagem obedecem, em geral, a modos de funcionamento opostos, em vários pontos, aos que regulam a Matemática. Ao contrário de Frege, que queria generalizar sobre a linguagem natural a partir de uma linguagem tão artificial quanto a matemática - “você sabem falar de álgebra” -, tenta-se mostrar que a linguagem lógico-matemática é uma construção do espírito que presuppõe a linguagem natural. Inspirada amos- tra deste raciocínio está especificamente nos gradientes da persuasão: [persuasão pessoal ou *auto-persuasão*, quando alguém avalia os argumentos por si próprio elaborados (deliberação íntima); *persuasão interpessoal* ou *face-a-face* a que se dirige apenas a uma outra pessoa (pai-filho, vendedor-cliente, etc.) e persuasão colectiva (quando são múltiplos os destinatários da mensagem persuasiva). É nesta última que poderemos integrar a *persuasão de grupo*, a *persuasão de massas* (tão

óbvia no domínio do político), e no limite a *persuasão universal*, que corresponderia à noção perelmaniana de *auditório universal*] (Cf. Sousa, Américo, 2001: 156-157).

8. É pretensão excessiva querer expurgar a linguagem natural do que a constituí, a saber, a ambiguidade dos termos, o equívoco das palavras, a pluralidade dos sentidos e das leituras interpretativas. Como é que se pode realizar o uso quotidiano da linguagem se esta é tão imperfeita? Não estaria ela, desde então, imprópria para a comunicação e a expressão? A resposta é simples: a linguagem natural é perfeitamente adaptada às suas funções, *apesar* de suas imprevisões estruturais. De facto, um discurso é sempre proferido num dado contexto que fornece a informação necessária aos interlocutores, para dar um sentido ao que eles estão escutam - se possível um único sentido - e, se não o for, a informação contextual / co-textual (Cf. M. Dascal, 1990, pp. 61-100) permitirá, pelo menos, a eliminação de falsas interpretações.

9. Em Matemática, pelo contrário, não podemos apoiar-nos em dados desta natureza tão incerta, como a informação contextual, que são muito subjectivos, excessivamente incertos. Um raciocínio matemático deve ser válido independentemente das pessoas às quais seja susceptível de se dirigir. Aqui, não podemos pensar numa ou noutra contribuição contextual, e o aspecto unívoco do discurso tem de ser muito bem desenvolvido, mediante uma construção que faça uso de símbolos bem definidos *a priori*, de axiomas e teoremas, e demonstrações e de regras *claras e distintas* numa forma cartesiana de formação e de transição para toda (nova) a expressão possível.

10. Mas a linguagem natural permite a si mesma a economia de um tal esforço, já que as suas expressões, susceptíveis de receber sentidos e funções linguísticas múltiplas, são finalmente dotadas de um significado preciso graças ao carácter implícito do contexto, compartilhado pelo enunciador e pelo auditório, e que serve para que um se faça entender pelo outro. Desta forma, não é necessário alinhar todas as suas premissas, nem mesmo explicitar toda a informação quando comunicamos com outrem. Este conhecimento constitui uma reser-

va quase infinita, inominada, imaterializável e não-garantida de proposições que se identificam, na verdade, com o que chamamos cultura: da revista ao livro de erudição, pode ser encontrado um vasto acervo de valores, de lugares comuns, de pressupostos que alargam o campo do implícito mediante o qual o explícito adquire precisão e um rigor que, no caso da Matemática, como linguagem excluída do contexto, tem de se impor *a priori* quando os constrói. *Na verdade, o modelo matemático, em matéria de linguagem, tem por consequência tirar a linguagem natural do contexto.* Assim, ela actuaria no vazio, e não seria compreensível que sequer os positivistas pudessem ter imaginado que ela de alguma forma pudesse ter funcionado. As frases adquiridas fora de qualquer contexto, autónomas como proposições matemáticas, só podem gerar equívocos e serem inferiores, do ponto de vista do *status* funcional, às que são encontradas nas ciências e nas linguagens formais. Américo de Sousa seguindo Chaïm Perelman verifica que todo o discurso tem um contexto, e, por conseguinte, um *auditório* para o qual ele é produzido. A relação que se estabelece entre o auditório e o enunciador é, propriamente dita, *retórica*, já que a adaptação ao auditório é uma condição para a persuasão e da lógica funcional².

11. Sendo importante que o orador saiba dar a impressão de possuir um carácter digno de confiança, é igualmente necessário que conheça o carácter dos seus ouvintes e a ele saiba adaptar-se. Por isso Aristóteles nos capítulos XII a XVII do Livro II da *Retórica* procede à análise e classificação do carácter em relação com a idade e a fortuna. No que respeita à idade, distingue três classes: os jovens, os adultos e os velhos. Os jovens são apaixonados, pródigos, valentes e volúveis. Os velhos, são calculistas, avarentos, cobardes e estáveis. Só os adultos maduros adoptam uma atitude intermédia e sensata.

12. Suscitar o entendimento e a adesão encontra-se, necessariamente, na base de toda explicação da *linguagem real*, da forma como ela é praticada diariamente. O discurso científico é, na verdade, uma *simples modalidade*, e não um modelo do racionalismo argumentativo, ou seja, do âmbito discursivo. A omnipresencialidade, e assim a imensurabi-

lidade, do discurso científico enquanto narrativa lógica deve ceder ao *pensamento débil* assente na ambiguidade semântica e na modalidade exponencial dos sentidos. Na ciência, também existe um auditório - o auditório universal como dissemos acima -, e a razão aqui empregada não deve ser concebida como sempre foi, a saber, como se se entregasse a um *monólogo* consigo mesmo. O *entendimento divino*, tornado científico, não precisa de auditório. Mas será esta uma forma razoável de garantir a actividade científica?³

13. Uma lógica da argumentação é decididamente uma lógica dos valores, uma lógica do *razoável*, do preferível, do estratégico, da sedução, do opinável e no limite da convicção dos auditórios e não uma lógica do tipo matemático ou, como é dito geralmente, da necessidade constringente, ou à maneira husserliana, apodíctica e apofântica, garantida, tendendo para a infinitização matemática. Esta última força à unanimidade. Mas a maior parte dos usos da linguagem não reúne esta unanimidade, especialmente em matéria de moral e de política, ainda que seja corrente aqui ou ali internar, prender, deportar, ou aniquilar os que se recusam a aceitar a universalização forçada das máximas do poder legitimado (Koestler, A., 1979).

14. Com efeito, uma argumentação, pelo facto de não ser constringente, autoriza várias conclusões, várias escolhas, numa pluralidade de hipóteses uma recusa de valores, que proporciona, assim, um debate interminável, (o que é o plano horizontal da conversabilidade e propício às inferências baseadas no espírito dialogal) a não ser que se faça uso da força. Uma *Ética* é justa pelo facto de admitir que os valores não são conclusões evidentes às quais o universo deve submeter-se. Uma *Ética* deve apoiar-se na realidade argumentativa, desestabilizada pelo jogo de valores, só podendo resultar do pluralismo destes.

15. O significante da Linguística e da Psicanálise pode ocupar um lugar num esquema, numa lógica, tal como propõem Berrios e Chen (1993: 163, 308-314). No esquema lógico de Brown (1994: 151, 1272-1280), a crença operante é que a relação entre a unidade de análise (o sintoma) e o quadro clínico é invariável e empiricamente determi-

nada, ou determinável, supondo que a relação entre as palavras e os referentes seja também invariável e reiteradamente verificável. Não é essa situação que encontramos na Linguística (estrutural) e na Psicanálise. Tanto a verificabilidade quanto a invariância são postas em questão.

16. O que se discute aqui não é, propriamente, um debate moderno. Os estóicos e os epicuristas defendiam propostas distintas no que se refere à vinculação entre as palavras, as coisas e a verdade (verdade: entendida como a função da palavra em representar o referente sem engano). Os estóicos exibiam a noção mais aproximada da que se introduz nesse debate. Relembrando um filósofo, Sexto (Mandolfo, R., 1965, Vol. II): este - na busca da qualificação do verdadeiro e do falso - indica que a linguagem cumpre um papel nesta qualificação. Assim, reconhece na linguagem a existência de três domínios: o significado, o signo e a coisa. Esta tripartição da linguagem é evidente, diziam os estóicos, quando a palavra é dirigida a quem não pertence à mesma comunidade linguística do emissor. Por exemplo, é dita a palavra “arigatô”. O estrangeiro ouvirá o som, mas não saberá a que se refere. Não há descodificação. O estrangeiro pode reconhecer ali uma palavra e, portanto, que aquela se refere a uma coisa mas não sabe qual é. Esta perspectiva envolve, assim, dois corpos - a palavra e a coisa - e um terceiro termo, incorpóreo e invisível, que corresponde ao *significado*. O significado pode ser verdadeiro ou falso e é descodificado apenas se o código linguístico entra em cena. A propósito, “arigatô” significa “obrigado”. Como a referência esclarece, entre o objecto a ser designado e o instrumento existente para designá-lo - a linguagem⁴ - as relações não se passam sem alguma vacilação e sem uma referência ao código onde emissor e receptor estão imersos, coimplicados.

17. Segundo Saussure, a unidade básica de onde deve partir a abordagem racional da linguagem é o signo. O signo é fraccionado em “significado” e “significante”. Sem aprofundar a discussão, confere-se ao significado o estatuto de conceito e ao *significante* a imagem acústica, a materialidade da palavra. A reunião destes dois termos na unidade

“signo” é função de sua pertença a um código. Esta vinculação entre a imagem acústica e o conceito, na proposição de Saussure, não é obrigatória, nem natural e também não é motivada. Isto é, não há nada na imagem acústica “arigatô” que a obrigue e a motive naturalmente a significar o conceito “obrigado” e muito menor é a vinculação da imagem acústica “arigatô” ao referente conceptual *obrigado*, ao conceito *em si* mesmo. São, portanto, três domínios ao mesmo tempo inseparáveis e radicalmente distinguíveis: o significante, o significado e o referente.

18. Reina, então, no campo constituído pela linguagem e os referentes um estado de coisas que não é capturado por uma lógica biunívoca: a cada significante, um significado e um referente. A relação imensurável e arbitrária que rege a associação destes três campos permite, além da multiplicação de códigos linguísticos, que cada um dos campos seja determinado por lógicas particulares que não se sobrepõem necessariamente.

19. No campo do significante, qual a lógica prevalente? É a lógica da diferença. Diz Saussure:

“o significante não é constituído pela sua substância material, mas unicamente por diferenças que separam a sua imagem acústica da dos outros. O que os caracteriza não é, como se poderia crer, a sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o facto de não se confundirem entre si. São, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (Saussure, F., 1970).

20. Posto isto, como ocorre o jogo que permite a significação? Esta reposta é obtida recorrendo ao conceito de “valor”. O valor de uma palavra é a significação que lhe confere a presença de todas as palavras do código como também, mais proximamente, a presença dos elementos constituintes de uma frase. A noção de valor leva a conceber a produção do sentido não como a correlação entre um significante e um significado, mas como um acto de corte vertical de duas massas amorfas, de dois campos em oposição: os conjuntos de significante e de signi-

ficado possíveis num determinado código. O sentido surge quando as duas massas são cindidas em simultâneo. São necessários à compreensão e significado os *sinais*. Assim, deduz-se que um significante, só, nada significa. Algo da ordem de um sentido, de uma significação, só pode brotar de um conjunto de significantes que não está isolado e nem é positivamente isolável do conjunto amplo e finito de possibilidades combinatórias. A significação, portanto, não é produzida sem a interferência dos significantes e sempre haverá algo que falha, que derrapa quando estas duas massas amorfas - de lógicas distintas - visam, num acto intencional, um referente particular. Expressa Husserl sobre este sistema de qualidades de nomes, de *sinais*, como *co-assinalação* e mediação semiótica a qualidade de referente de representação geral que se subsume no conceito abstracto correspondente; o qual, que pode em certos casos adquirir uma qualidade geral (de sentido figurado) o que nos introduz no sentido das metáforas e do seu fim.

“Não nos limitamos, pois, aos sinais sensíveis exteriores que associamos às coisas, a fim de mais facilmente as distinguirmos e reconhecermos. Dese género são os nomes próprios como Pedro e João; o mesmo se diga dos nomes das entidades abstractas. Mas também os nomes gerais são sinais. Todo o nome geral é um sinal de uma representação geral, e esta por sua vez é um sinal de cada um dos objectos que são subsumidos sob o conceito abstracto correspondente; assim, cada nome geral é, nesta mediação, um sinal de cada um dos objectos que abarca, graças à sua “co-assinalação” (*Mitbezeichnung*). Ademais, entendemos (e isso já se desprende do último exemplo dado) como sinal cada marca (*Merkmal*) conceptual, desde que sirva precisamente como marca. Qualquer qualidade, [341] seja ela absoluta ou negativa, pode servir ocasionalmente como sinal marcante do objecto que a possui. É evidente que aqui reside a fonte dos equívocos do nome ‘marca’: no seu sentido originário significa o mesmo que sinal, sendo

depois restringido às qualidades tomadas como sinais, para no fim, em sentido figurado (*in übertragenem Sinn*), significar o mesmo que qualidade em geral. No entanto, não é em todas as circunstâncias que uma qualidade nos serve de sinal, embora cada uma possa servir ocasionalmente para esse fim.”⁵

21. O domínio do ético envolve-se com o sujeito como parceiro num diálogo e desenvolve-se num processo qualitativo onde a reflexão se torna mais contextualizada, embora como processo de negação mais do que de confirmação do âmbito do auto-evidente. No entanto, a reflexão determina-se dentro de um círculo mágico: é um acto de liberdade e, além disso, de luta pela própria possibilidade da liberdade. Exige e condiciona a diversidade da liberdade e das possibilidades humanas, por um lado, e, por outro lado, requer actos de responsabilidade e coragem, quanto a si mesmo e quanto aos outros. Mas, como actividade humana, a reflexão ocorre num âmbito social e aí exerce um papel específico - mesmo que problemático. Como tal, a reflexão é apenas um elemento de uma intersubjectividade humana dinâmica, rica e complexa. A reflexão é sempre alterada, parcial e situada no meio de forças, objectivos e orientações conflitantes. A ética não é, portanto, sinónimo de relativismo, que a Retórica sempre foi acusada de defender. Existe, claramente, um apelo ao *implícito cultural* que assegura à argumentação não-racional o seu carácter razoável.

22. Para Platão, o retórico age seduzido pela linguagem e manipula-a de tal forma que possa sempre fazê-la dizer o que melhor convém nas diversas circunstâncias. Ele não tem uma doutrina, mas pode defendê-las a todas, ao contrário da linguagem científica, matemática, que autoriza unicamente ideias *claras e distintas*, de *evidências*, como dirá mais tarde Descartes, ou *proposições apodícticas* como diz Edmund Husserl, ou mesmo a lógica da “falsificação” de K. Popper.

23. Será uma pretensão não judiciosa querer recalcar a linguagem epistemológica sobre evidências incontestáveis, oferecidas

pelos discursos que garantem um fundamento indestrutível. O discurso crítico não tem outro recurso senão o do senso comum, que ele irá procurar *desconstruir*, sistematizar, alterar. Neste sentido, o discurso epistemológico é sempre submetido à discussão e ao debate contraditório, e sabemos que, em matéria de Epistemologia, o facto é comum, já que nenhum sistema epistemológico escapou à sua obsolescência.

24. O que fazer da ambiguidade do mundo real, da ambiguidade que nos oferece o *senso comum*, senão tutelá-la, em vez de pretender poder vencê-la pela formalização sistemática? A reabilitação do retórico no seio de uma *Nova Retórica* consiste em finalmente consciencializar-se de que a argumentação filosófica não tem nem o rigor das ciências formais, nem os recursos experimentais das ciências empíricas, e que ela trabalha a partir da linguagem natural, repleta de noções confusas, submetidas perpetuamente ao jogo social do debate *contraditório*, de onde não saberíamos evadir-nos pelo simples recurso à experiência, nem pela via da formalização que exclui as alternativas para as questões tratadas. Há que permanecer com estas questões e oferecer os meios de discutí-las como tais.

25. Américo de Sousa deu-nos uma tipologia de esquemas argumentativos sobre os quais não há mais meios de ampliar: generalizando, trata-se de afastar ou de reaproximar, a cada vez que se argumenta, noções que unimos, para fazer surgir um valor-referência que rejeitamos, ou ao contrário, que queremos ver adoptado. A *analogia* e a *metáfora* ilustram bem este mecanismo em que achamos duas noções unidas para sugerir uma conclusão. Tudo isto é suficientemente conhecido para que não seja necessário que se continue a insistir. Mas o que é realmente importante observar é a relação entre a retórica literária e a nova retórica⁶. Quanto ao discurso retórico propriamente dito, pode dizer-se que, ao contrário do discurso científico, ele tem pretensões literárias, pois brilhar, surpreender e até divertir, pode contribuir decisivamente para *persuadir* o auditório. Mas isso, segundo Aristóteles, não deve confundir-se com o recurso a um estilo poético, pesado, como o de *Górgias*, já que o uso de um estilo

sereno, claro e natural é o mais adequado quando se pretende ser convincente.

“Por isso não convém que se note a elaboração nem dar a impressão de que se fala de modo artificial mas sim natural (este último é o persuasivo, pois os ouvintes predispõem-se para contrariar, quando ficam com a ideia de que se está a metê-los numa armadilha, tal como acontece com os vinhos misturados)” (Aristóteles, 1998:242).

O recurso literário mais importante da oratória é a *metáfora*. Mas é preciso saber encontrar metáforas adequadas, nem muito obscuras nem triviais. Por outro lado, o discurso, embora sem cair no verso, não pode renunciar ao ritmo. E Aristóteles explica porquê: “a forma que carece de ritmo é indefinida e deve ser definida, ainda que não seja em verso, já que o indefinido é desagradável e difícil de entender” (Aristóteles, 1998: 263)

26. Assim como a matemática forneceu o paradigma e a metodologia do racionalismo clássico, também o direito fornece, não o modelo único, mas uma metodologia complementar para aquele que reserva um lugar importante para a argumentação. O direito caracteriza-se, com efeito, também pelo ideal e o escopo de um pensamento sistemático - fala-se em diversos sistemas jurídicos - que define uma ordem que deve guiar a acção, mas uma ordem aberta, flexível, capaz de se adaptar às circunstâncias e à procura de uma decisão fundada na equidade. O raciocínio jurídico não será impessoal, mas deverá tomar em consideração as pretensões das partes, a opinião pública esclarecida, e, acima de tudo, os tribunais superiores. O seu campo é livre, mas não arbitrário, pois deve ser *razoável*.

27. Como se caracterizaria o razoável? Diz Aristóteles:

“e também que o razoável permanece sempre e nunca muda, como sucede com a lei geral (pois é conforme à natureza), enquanto que as leis escritas o fazem com frequência (...) atenderemos também ao que é o justo, não à sua aparência, o que é verdadei-

ro e conveniente, de forma que a escrita não é lei, porque não serve como a lei. E também que o juiz é como o contrastador de moeda, que deve distinguir entre a justiça adulterada e a legítima (...). Pelo contrário, quando a lei seja favorável ao caso, há que dizer que o “com o melhor critério” não serve para julgar contra a lei, mas sim para evitar prejuízos pelo desconhecimento do que a lei prescreve. E que ninguém escolhe o bom em absoluto, senão o que é bom para ele...” [Aristóteles, 1998 :130-131 e 134].

28. O que caracteriza o direito, ao contrário das outras áreas em que se exerce a argumentação, é que ele deve chegar a uma decisão que terá força de coisa julgada. Com efeito, sendo um dos objectivos do direito o estabelecimento da paz social, os conflitos não devem perpetuar-se: o factor tempo tem

um papel considerável, se quisermos evitar a acusação de obstruir a Justiça. O direito desenvolveu procedimentos seculares que facilitam a solução dos conflitos, tais como a delimitação de competências, a organização dos debates judiciais⁷, o recurso a presunções de todo género, a distribuição do ónus da prova.

29. Este exemplo faz entender o pluralismo lógico-linguístico, quanto seria exaustivo referi-lo, e a obrigação de justificar as tomadas de posição. Estas não resultam nem de uma intuição evidente, nem de uma decisão arbitrária, mas são a expressão de uma escolha pensada, marcada tanto pela personalidade do filósofo e dos seus valores, as aspirações e *crenças* no meio das quais ele nasceu. A razão, por cujo nome ele desenvolve as suas ideias, e para a qual ele apela para torná-las admissíveis, não é o reflexo de uma *razão divina*, mas a expressão de uma personalidade social e culturalmente localizada, intersticial mas consistente.

Bibliografia

1. Clássicas – Livros:

Allan, D., *A Filosofia de Aristóteles*, Lisboa, Ed. Presença, 1970.

Aristóteles, *Retórica*, Madrid, Alianza Editorial, 1998.

Berrios, GE; Chen, EYH - Recognizing psychiatric symptoms - Relevance to the diagnoses process. London, British J. Psychiatry. 163, 308-314, 1993.

Brown, TA; Barlow, TH; Liebowitz, MR - The empirical basis of Generalized Anxiety Disorder. American J. Psychiatry. 151, 1272-1280, 1994.

Damásio, António, *O Erro de Descartes*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995.

Dascal, Marcelo, “The controversy about ideas and the ideas about controversy”, in F. Gil (ed.), *Controvérsias Científicas e Filosóficas*, Lisboa, Editora Fragmentos, 1990, pp. 61-100.

Husserl, Edmund, *Meditações Cartesianas*, Porto, Rés Editora, 2001.

— *Da Lógica dos Sinais (Semiótica)* Tradução de António Fidalgo, Universidade da Beira Interior.

Koestler, Arthur, *O Zero e o Infinito*, Lisboa, Europa-América, 1979.

Meyer, Michel, *O Filósofo e as Paixões*, Porto, Edições Asa, 1994.

Mondolfo, R - *O Pensamento Antigo. Desde Aristóteles até os Neo-platônicos*. Vol II. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1965.

Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, L., *Tratado da Argumentação*, S. Paulo, Martins Fontes, 1999.

Platão, Górgias, Edições Lisboa, 70, 1997.

Popper, Karl R. - *Conjecturas e refutações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1972.

Popper, Karl R. - *A lógica da pesquisa científica*, tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota.- S. Paulo.- Cultrix, 2ª ed, 1972.

Popper, Karl R. - *La logique de la découverte scientifique*, traduit de L'anglais par Nicole Thyssen-Rutten et Philippe Devaux, Paris, Payot, 1973.- (Bibliothèque

scientifique).- Trad. de: *The logic of scientific discovery*, préface de Jacques Monod.

Popper, Karl R. - *The logic of scientific discovery*, 7th prt., Londres, Hutchinson, 1974.

Saussure, F - *Curso de Linguística Geral*. Buenos Aires, Ed. Losada, 1970.

Sousa, Américo de, *A Persuasão*, Covilhã, UBI, 2001.

2. Outras fontes:

<http://plato.stanford.edu/entries/frege/#Adv>

<http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-husserl-semiotik.html>

¹ ISMAI / FCSH/UNL.

² Para despertar a confiança nos ouvintes, o orador precisa que estes lhe reconheçam três qualidades: *racionalidade, excelência e benevolência*. Porque se o orador não é racional na sua maneira de pensar, então será incapaz de descobrir as melhores soluções. Já um orador racional mas sem escrúpulos, pode encontrar a solução ótima mas ou não a comunica ou tenta enganar, propondo gato por lebre. Só num homem insigne, a um tempo racional, excelente e bondoso, se pode confiar.

³ Sabemos, hoje, que toda obra científica se dirige a uma comunidade à qual se esforça por convencer recorrendo, nomeadamente, a critérios de exposição, como a simplicidade ou o rigor formal da teoria. O auditório é a *realidade* da razão humana, que sempre postula um outro ao qual ela se dirige, este outro podendo ser um interlocutor ideal, tão universal quanto um auditor preciso, particular, cujos interesses e pressupostos exclusivos são levados em consideração.

Foi deduzido que o Racionalismo e a linguagem formam um par. Pois não existe uso da linguagem que não seja baseado no esforço de convencer a pessoa a quem no propomos persuadir. Este Racionalismo provém da argumentação e Américo de Sousa prefere falar em “razoável” para deixar ao “racional” o campo da argumentação constringente. O *racional* e o *razoável* constituem o domínio da razão da maneira como se deseja conceber actualmente. Porquê fazer referência ao razoável quando se trata de Racionalismo argumentativo não-demonstrativo?

Pura e simplesmente porque a conclusão, nada tendo de constringente ou de necessário na lógica argumentativa, só se impõe como tal diante de valores, de lugares comuns para os protagonistas, os quais são levados a adoptá-la com base nestes pressupostos. A conclusão de uma argumentação não-formal resulta de uma escolha que sempre pode ser discutida e contestada, que pode impor-se definitivamente porque, no âmbito da sociedade e dada a herança compartilhada entre o enunciador e o auditório, é razoável uma conclusão em vez de outra. Seria racional se pudéssemos concluir “somente” isto em vez daquilo. Mas todos sabemos, pelas discussões às quais nos entregamos todos os dias no nosso trabalho ou no nosso viver comum, que as conclusões que queremos ver adoptadas nada têm de inevitável, e que elas podem gerar *convicções* baseando-se, unicamente, no seu carácter de razoabilidade. É claro que um tal carácter defende certos valores no tempo, mas quem poderia ainda pretender que a razão, através de todos os seus usos, seja imutável e abstracta, e que a História ou a sociedade não existem e não implicam um domínio de generatividade mental imprescindível ao crescimento do conhecimento científico?

⁴ Modernamente, foi Ferdinand de Saussure que reintroduziu esta questão ao inaugurar uma nova vertente no estudo da linguagem. Após Saussure, os estudos sobre a linguagem não mais se limitaram à comparação entre as gramáticas ou a estudos eruditos sobre a origem das palavras

e a filiação entre as línguas. Saussure dirigiu a atenção para o estudo da linguagem como um sistema.

⁵ **Husserl**, Edmund, *Da Lógica dos Sinais (Semiótica)*, Tradução de António Fidalgo, Universidade da Beira Interior Hua XII- Philosophie der Arithmetik, pp. 340-373.

⁶ Mas isto é somente um deslocamento condicionado do que se deve entender por retórica. Pois os efeitos de estilo, as figuras do discurso, são ligados por uma possibilidade de sugestão que ultrapassa a literatura e o que está aí incluído. Uma tal possibilidade ganha o seu fundamento na relação com o auditório, que se alimenta da história da cultura e do implícito contextual e co-textual, cuja multiplicidade de formas enquadra a epistemologia, a educação, a moral, o discurso literário, e finalmente, o direito.

⁷ Quando a controvérsia é de natureza teórica, como nas ciências humanas e epistemológicas, não há última instância que possa impor, de uma vez por todas, o encerramento do debate e uma solução definitiva, subsistindo assim uma busca inacabada. Portanto, na medida em que os próprios argumentos teóricos são ligados à tomada de decisões, eles podem atingir decisões provisórias que serão questionadas ulteriormente quando surjam teorias que falseiam as anteriormente construídas, se surgirem razões suficientes e contingentes para se mudar de atitude e de regime de pensamento.